

Alexandre de Moraes pede sessão extra para julgamento de Bolsonaro no STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou nesta sexta-feira (5) uma sessão extra da Primeira Turma da Corte para julgar o núcleo 1 da trama golpista, formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete aliados.

No pedido enviado ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, Moraes pediu o agendamento de uma sessão extraordinária para a próxima quinta-feira (11). Já estavam agendadas sessões para os dias 9, 10 e 12 de setembro.

O julgamento começou nesta semana, quando foram ouvidas as sustentações das

defesas do ex-presidente e dos demais acusados, além da manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, favorável à condenação de todos os réus.

A partir de terça-feira (9), colegiado vai iniciar a votação que pode condenar Bolsonaro e os demais acusados a mais de 30 anos de prisão.

Pesam contra os acusados a suposta participação na elaboração do plano Punhal Verde e Amarelo, com planejamento voltado ao sequestro ou homicídio do ministro Alexandre de Moraes, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente, Geraldo Alckmin.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025. O Município de Junco do Maranhão (MA), por meio da Secretaria Municipal de Administração, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: **Maior Percentual**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 08/2025. Objeto Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de combustível, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Junco do Maranhão - MA. Data e horário do início da disputa: 24 de setembro de 2025, às 09h00min (nove horas). Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br. Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e as empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Meios de disponibilização do edital: no site do LICITANET (www.licitanet.com.br). PORTAL TRANSPARÉNCIA (<https://www.jundumondomaranhao.ma.gov.br/transparencia>). PNCNP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações poderão ser obtidas nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Junco do Maranhão - MA, ou ainda através do e-mail: prejuncuno@hotmail.com. Junco do Maranhão - MA, 09/05/2025. Bruno Veras Nascimento - Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025. O Município de Açailândia, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 22 de setembro de 2025 às 09:00h (nove horas) horário de Brasília, na modalidade Pregão Eletrônico nº 029/2025, do tipo Menor Preço Global, modo de disputa "aberto e fechado", cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços técnicos especializados para realização de atividades relacionadas a regularização fundiária no município de Açailândia - MA de acordo com termo de compromisso nº 965973/2024- MCIDADES/CAIXA. O edital e seus anexos contam todas as informações necessárias para participação no certame, dia, horários e afins podem ser obtidos gratuitamente exclusivamente no Portal da Transparéncia do Município, no endereço eletrônico: www.acailandia.ma.gov.br/licitacao, no Portal da Transparéncia das Contratações Públicas e no Portal Licitanet (www.licitanet.com.br). A licitação será regida pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123/2006 e, ainda, pelo Decreto Municipal nº 150/2021, Decreto Municipal nº 204/2021, bem como pelos princípios constitucionais, civis e penais, aplicáveis à matéria, assim como pelo edital de licitação e seus anexos. Açailândia/MA, 02 de setembro de 2025. Halan Jefferson dos Santos Nobre. Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo. Port. 0006/2025...

ITAPAGÉ S/A CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 06.110.761/0001-82 - NIRE nº 21300006915
A Diretoria da ITAPAGÉ S/A CELULOSE PAPÉIS E ARTEFATOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso das suas atribuições, no âmbito da 123, caput, da Lei Federal nº 6.404/1976, convoca os Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 16 de setembro de 2025, às 14h00, de forma eletrônica, através do sistema eletrônico de videoconferência “Google Meet”, através do link: divac@nassau.com.br, 2. As Assembleias Gerais realizadas de forma digital serão consideradas como realizadas na Sede da Companhia, conforme previsto na Seção Víii do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 1º de julho de 2020, intitulada “Instruções para a realização de assembleias de acionistas na sede da Companhia”, no site da Central de Balanços, de 15 de julho de 2025 (<https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>) e por solicitação ao e-mail: divac@nassau.com.br, com devolução à Central de Balanços, pelo mesmo endereço eletrônico. No dia 16 de setembro de 2025, conforme Seção Víii do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 1º de julho de 2020, os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar documento de identidade e, os que se fizerem representar por outro Acionista ou por advogado, o instrumento de outorga de mandato com especificação dos autointitulados, nos termos do § 1º do art. 126 da Lei Federal nº 6.404/1976, além do documento de identidade. Coelho Neto/MA, 05 de setembro de 2025. Guilherme Cavalcanti Rocha Leitão e José Nivaldo Brayner de Araújo - Diretores-gerais.

COMUNICAÇÃO

A SÃO LUIS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A, inscrita CNPJ 15.339.921/0001-50. Torna público que RECEBEU da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM, a Licença de Operação do Ecoponto Jardim Renascença, localizado na Rua Netuno, loteamento Boa Vista, s/nº, Jardim Renascença, São Luís / MA, Conforme Processo 1 DOC. 120.059/2022, SEI Nº 26101.000417/2025.

COMUNICAÇÃO

A SÃO LUIS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A, inscrita CNPJ 15.339.921/0001-50. Torna público que RECEBEU da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM, a Licença de Operação do Ecoponto Cidade Operária, localizado na Av. Este, s/nº, Cidade Operária (vila Maiobinha), São Luís / MA, conforme Processo 120.19328/2021, 1 DOC 1085/2022, SEI Nº 26101.000356/2025.

Em São Luís, ministro André de Paula participa da 22ª Semana do Pescado

O ministro da Pesca e Aquicultura do Brasil, André de Paula, desembarcou em São Luís para participar, nesta sexta-feira (5), da abertura da 22ª Semana do Pescado, evento que integra a programação da 65ª edição da Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), que acontece no Parque Independência até domingo (7).

Após a solenidade de abertura da 22ª Semana do Pescado, marcada pelo Encontro Estadual dos Pescadores e Aquicultores do Maranhão, o ministro André de Paula apresentou, em entrevista coletiva, o projeto da primeira Fábrica de Beneficiamento de Pescado do Maranhão, a ser instalada em Pindaré-Mirim, município na mesorregião oeste maranhense.

“Esse é um dia muito importante e especial, em plena Semana do Pescado, pois estamos lançando um projeto muito significativo para o setor da pesca no Maranhão”, afirmou o ministro.

Acompanhado da senadora

onde estamos anunciando parcerias valorosas e, também, estamos lançando essa fábrica de beneficiamento de pescado, que é um investimento notável e que vai fazer muita diferença na vida dos pescadores”, afirmou o ministro.

Eliziane Gama e do secretário de Estado da Agricultura Familiar (SAF), Bira do Pindaré, André de Paula destacou a importância estratégica do Maranhão para o setor da pesca. O ministro ressaltou a vocação natural do Maranhão para a



O ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, acompanhou a senadora Eliziane Gama, apresentou o projeto da primeira Fábrica de Beneficiamento de Pescado do Maranhão, a ser instalada em Pindaré-Mirim

atividade pesqueira, já que o litoral maranhense é o segundo maior do país (640 km) e o estado conta com o maior número de pescadores artesanais com Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) - mais de 680 mil profissionais, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura.

“O Maranhão é um estado estratégico para a pesca. Eu quero dizer da minha alegria por viver esse momento de parceria com pescadores, aquicultores, com todos os que empregam a cadeia produtiva da pesca e da aquicultura aqui no estado. A fábrica agrega valor ao pescado, eu acho que ela vai facilitar a vida, ela vai trazer receita adicional para os pescadores”, frisou o ministro. Fábricas de beneficiamento de pescado são instalações onde o pescado é processado para aumentar sua qualidade, segurança e valor agregado, incluindo lavagem, corte e congelamento, para atendimento às normas de higiene e segurança alimentar.

Campos Neto alerta: “Corte de gastos é inevitável para equilibrar contas públicas”

O ex-presidente do Banco Central e atual vice-chairman do Nubank, Roberto Campos Neto, afirmou nesta semana que o Brasil precisará tomar uma decisão urgente sobre o nível dos gastos públicos. Segundo ele, a escolha é inevitável: ou ocorre agora, de forma organizada, ou terá de ser feita mais adiante, em um cenário ainda mais crítico.

Em evento promovido pela Nubank, Campos Neto destacou que o problema fiscal deixou de ser exclusivo do Brasil e hoje preocupa também grandes economias, como Estados Unidos e países da Europa. A raiz desse desafio, explicou, está na pandemia da Covid-19, quando governos aumentaram despesas e bancos centrais reduziram juros para conter os efeitos da crise.

“Os governos gastaram muito e os bancos centrais baixaram muito os juros, evitando uma grande recessão. Mas o remédio teve efeitos colaterais: a inflação”, afirmou. Para ele, o aumento dos preços foi consequência principalmente do excesso de demanda, impulsionado pelo volume de recursos injetado nas

economias. Agora, segundo Campos Neto, os países convivem com dívidas maiores e juros mais altos, elevando o custo da rolagem e pressionando ainda mais os orçamentos públicos.

“O que vai pagar esse custo tem de sair de outros lugares, e aí quando você começa a ter impactos mais graves na economia”, avaliou. Até o momento, a maioria das partes buscou soluções pelo lado da elevação de impostos e tarifas, especialmente sobre empresas, setor financeiro e,

Diretora diz à CPMI que CGU audita todas as entidades vinculadas ao INSS

A CPMI do INSS ouviu na quinta-feira (4) a diretora de Auditoria de Previdência da Controladoria-Geral da União (CGU), Eliane Viegas Mota. Ela relatou que o ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, resistiu a recomendações para suspender descontos associativos automáticos nas aposentadorias.

Também afirmou que as auditorias da CGU alcançam todas as entidades ligadas ao INSS, sem favorecimento político. Questionada sobre possíveis benefícios ao Sindicato Nacional dos Aposentados

(Sindnapi), onde atua o irmão do presidente Lula, Eliane negou direcionamentos e reforçou o caráter técnico do trabalho. Segundo ela, todas as entidades, incluindo Sindnapi e Contag, foram abrangidas pelas auditorias. A diretora também disse que a pasta da Previdência foi comunicada das irregularidades em 2023, quando ainda era chefiada por Carlos Luppi.

Parlamentares criticaram a demora da CGU em identificar fraudes. O primeiro caso oficial surgiu em 2019, quando aposentados já pagavam mais de R\$ 600 milhões em mensalidades. Em 2024, o valor descontado chegou a R\$ 2,6 bilhões. A partir daí, o órgão acionou a Polícia Federal e tentou barrar os descontos por via administrativa. Atualmente, todos os descontos associativos e acordos de cooperação técnica estão suspensos. A discussão também envolveu a aprovação na Câmara do PL 1.546/2024, que proíbe qualquer desconto associativo em benefícios do INSS, mesmo com autorização do segurado. A proposta ainda será avaliada pelo Senado. Senadores e deputados elogiaram a atuação da CGU, destacando sua imparcialidade e rigor técnico, embora alguns tenham apontado demora na apuração das irregularidades.

Eliane informou que a CGU auditou empréstimos consignados feitos em nome de aposentados e pensionistas, sem encontrar fraudes como nas associações, mas com problemas de transparência e controle. A CPMI segue os trabalhos e confirmou a convocação de novas testemunhas, como o empresário Maurício Camisotti e Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”.

Recuperações judiciais aumentam, mas não devem ser tratadas como solução inicial

Com o fim da safra de inverno, agosto se torna um período estratégico para o planejamento financeiro no campo. É nesse momento que os produtores avaliam resultados, organizam o fluxo de caixa e buscam alternativas de crédito para evitar a recuperação judicial (RJ), considerada um recurso

extremo. Dados da Serasa Experian mostram que o agronegócio registrou 389 pedidos de RJ no primeiro trimestre de 2025, alta de 21,5% frente ao trimestre anterior e de 44,6% na comparação anual. Para especialistas, antes de recorrer à judicialização, é possível adotar soluções menos

onerosas, como alongamento de dívidas e renegociações. Segundo Victor Lemos Cardoso, head comercial da Agree, margens apertadas, custos elevados e maior exigência de garantias têm pressionado o setor. Nesses casos, reestruturar contratos ou buscar crédito alternativo pode preservar a atividade e garantir

o próximo ciclo produtivo. Entre as opções mais utilizadas estão: prorrogação de parcelas em situações pontuais; reestruturação da dívida com revisão de prazos e juros; acesso ao mercado de capitais para operações mais flexíveis; e acordos extrajudiciais, que permitem ajustar condições diretamente com os credores.